

93ª Conferência da OIT

Genève, Junho 2005

Intervenção de Florival Lança

CGTP-IN

Senhor Presidente,

Começo por expressar o reconhecimento pelo trabalho de V. Exa. e do excelente e, ao mesmo tempo, perturbante, Relatório do Senhor Director Geral.

Há dois anos discutíamos aqui na sessão anual, a possibilidade da eliminação da pobreza através do trabalho. Hoje, para o tema que nos é sugerido, o ponto de partida poderia ser o mesmo.

O "Programa de Trabalho Digno", poderia e deveria, se tomado a sério em toda a sua extensão, constituir uma valiosa ajuda na prossecução dos objectivos do milénio e, em consequência, a base essencial para a erradicação do trabalho forçado.

Mas os ventos sopram doutra direcção. Da direcção da globalização, dirigida pelo capital transnacional, gerador de desigualdades e injustiças intoleráveis, como é comprovado pelo excelente Relatório sobre a Dimensão Social da Globalização.

E são os resultados destas políticas, e não só razões culturais e históricas, que originam que o fenómeno se desenvolva a níveis tais que levam o Senhor Director Geral, muito oportunamente, a fazer dele o tema do seu relatório anual, onde justamente acrescenta a preocupante constatação de que há um nexo entre a globalização e trabalho forçado.

A saída tem que ser encontrada em estratégias de desenvolvimento que contemplem como fundamental, objectivos de natureza social, como o combate à pobreza e à exclusão, filhas do desemprego, da precariedade,

dos salários de miséria, da ausência de direitos básicos contidos nas principais convenções da OIT.

Em Portugal, cerca de 20% da população vive abaixo do limiar da pobreza, sendo que a tendência não é, infelizmente, para a sua redução, visto que as desigualdades se estão a acentuar, devido a uma crescente concentração da riqueza.

É assim urgente e necessária uma estratégia de desenvolvimento, potenciadora do crescimento, que coloque à cabeça uma mais justa distribuição da riqueza produzida.

A não ser assim, potenciar-se-ão os factores que nos podem conduzir, aos conceitos sobre trabalho forçado referidos no relatório do Sr. Director Geral.

E não estamos a falar de hipotéticas e abstractas possibilidades.

Os movimentos transfronteiriços entre Portugal e Espanha prefiguram, em alguns casos, exemplos de trabalho forçado, segundo a tipificação correctamente definida pela OIT e apresentada no Relatório a esta Conferência.

Aliás, foi como tal que foram denunciados pela comunicação social e, desde aqui, aproveitamos para realçar a pronta intervenção dos sindicatos do Estado espanhol, na resolução desses problemas.

E o mesmo se pode dizer de inúmeros casos de emigrantes, sobretudo indocumentados, que buscam em Portugal uma oportunidade e que, muitas vezes, nas mãos das redes mafiosas, acabam igualmente em situações de autêntica escravatura.

Não é um problema estrutural da sociedade portuguesa, visto ter carácter residual. Mas existe. E com a dominante neo-liberal da competitividade acima de tudo, é justo interrogarmo-nos até onde nos conduzem estas políticas.

Vivemos hoje, no nosso país, uma situação difícil, motivada pela existência de um deficit das contas públicas, cuja resolução é procurada através de um conjunto de medidas que impõem novos sacrifícios aos trabalhadores.

Ora, quanto a nós, o problema fundamental do país não é o deficit público, mas sim a economia real, o que implica, em primeiro lugar, tratar com rigor da defesa e manutenção do aparelho produtivo, das políticas de emprego e

da coesão social como factor estruturante do desenvolvimento. Tal implica uma ruptura com o modelo actual, isto é, o corte com as políticas económicas e sociais erradas que têm sido seguidas e que estão na origem da grave situação presente.

A valorização do trabalho e dos trabalhadores; a prioridade ao aparelho produtivo e ao emprego; políticas que valorizem os salários; combate sério às desigualdades, à pobreza e às injustiças sociais, são o caminho a trilhar para lançar as bases duma sociedade mais justa e solidária.

Obrigado.